

A intervenção sociopsicanalítica

MICHEL LEGRAND

É difícil situar a intervenção sociopsicanalítica sem evocar os seus preliminares; por um lado, os fundamentos teóricos da sociopsicanálise, por outro lado, o funcionamento dos grupos sociopsicanalíticos.

Antes de me embrenhar no propósito do assunto deste texto, desejaria chamar a atenção para alguns aspectos preliminares que deveriam permitir identificar a sociopsicanálise.

Como é, certamente, sabido, a sociopsicanálise nasceu dos trabalhos do psicanalista francês Gérard Mendel. Em 1968, Mendel inaugurou com «La revolte contre le père», a publicação de uma obra teórica que se iria enriquecer futuramente até totalizar, na actualidade, uma dezena de trabalhos. Em 1971, Mendel e alguns amigos associam-se para fundar, em Paris, o grupo «Desgenettes». Formava-se, assim, o primeiro grupo de sociopsicanálise, o qual estaria na origem de um considerável trabalho colectivo. Os seus resultados foram publicados a partir de 1972 na série «Sociopsychanalyse» da Petite Bibliothèque Payot, onde oito números foram publicados⁽¹⁾.

(1) Os últimos dois números, «La misère politique actuelle» (1978) e «Pratiques d'un pouvoir plus collectif aujourd'hui» (1980) constituem outras tantas introduções particularmente didácticas à sociopsicanálise.

Posteriormente, outros grupos de sociopsicanálise se formariam em França ou fora dela. Actualmente, existe uma dezena deles, dos quais um na Bélgica, em Namur⁽²⁾. A sociopsicanálise veio, então, a tornar-se progressivamente a obra colectiva dos grupos sociopsicanalíticos, e não apenas o produto do trabalho individual de Gérard Mendel ou do grupo «Desgenettes». Se não foi deste modo, é porque, fora deste grupo, nenhum outro grupo sociopsicanalítico chegou a estabilizar-se verdadeiramente, a durar tempo suficiente de molde a produzir uma obra realmente inovadora. Se se espera que o futuro desmintas o presente, é necessário que, entretanto, nos rendamos às evidências do momento: a teoria sociopsicanalítica, assim como a sua metodologia de intervenção, devem-se essencialmente a Gérard Mendel e ao grupo «Desgenettes». São, pois, os contributos destes últimos que a exposição seguinte utiliza.

1. *Algumas perspectivas teóricas da sociopsicanálise*

A sociopsicanálise esforça-se por estabelecer uma ligação entre fenómenos sociais

(2) Para qualquer informação, contactar: Groupe de Sociopsychanalyse de Namur, C/O Michel Legrand, rue Sainte-Adèle, 6.5800 Gembloux.

e fenómenos psicológicos. No plano social, ela elege a Instituição como seu objecto privilegiado, e opta por analisá-la em termos de poder. No plano psicológico, reassume certos contributos da psicanálise, sempre situando os limites. Finalmente, no plano sócio-psicológico ou sócio-psicanalítico propriamente dito, a sociopsicanálise tenta articular os mecanismos sociais e institucionais de poder, e as estruturas psíquicas que caracterizam as personalidades individuais. Mas retomemos esquematicamente estes três aspectos⁽³⁾.

a) Instituição e poder

Numa primeira abordagem, poder-se-á definir Instituição como todo o conjunto de indivíduos ligados a uma tarefa comum. É também abrangido por este termo o que é vulgarmente denominado de estabelecimentos ou organizações: uma escola, uma fábrica, um hospital...

A análise sociopsicanalítica da Instituição organiza-se em redor de três temas principais: o acto-poder institucional, a divisão do trabalho e as classes institucionais, a extorsão da mais-valia de poder.

O Acto-poder institucional. O que é o poder, senão o poder de agir, a capacidade de estar na origem de transformações da realidade exterior? Inversamente, todo o acto é poder porquanto transforma o meio envolvente: é acto-poder. A Instituição produz também um acto global — por exemplo, organizar estágios, fabricar automóveis, curar doenças... — que é ele próprio acto-poder.

A divisão do trabalho e as classes institucionais. A Instituição funciona segundo o

sistema de divisão do trabalho: o acto-poder global de uma instituição é dividido em actos parciais nos quais apenas a intervenção ou integração produzem o acto global.

Por outras palavras, o institucional colectivo decompõe-se em grupos responsáveis pelos diversos actos parciais ou específicos realizados no interior da Instituição. Denominamos estes grupos de grupos homogéneos ou, mais frequentemente, classes institucionais. Poder-se-á tratar, por exemplo numa escola, da direcção, dos professores e dos alunos.

A mais-valia de poder. Se o poder é, antes de mais, poder de acção — acto-poder — é também poder sobre a acção, capacidade de não só o apresentar, como também de o dominar ou de o controlar. Ora ambos estão longe de poder actuar simultaneamente. Assim, e por um lado os trabalhadores numa linha de montagem participam dum modo essencial no acto-poder institucional, e por ele exercem o poder que está ligado ao respectivo acto específico (poder de acção), estão, por outro lado, desapossados de todo o poder sobre o respectivo acto: não têm qualquer influência na concepção, na organização, no emprego do seu acto. Dum modo geral, na Instituição, uma ou mais classes institucionais são desapossadas do domínio do respectivo acto específico por outra ou outras classes institucionais, que assim captam ou usurpam aquilo que denominamos uma mais-valia de poder⁽⁴⁾.

(4) Os principais conceitos da aproximação sociopsicanalítica da Instituição foram desenvolvidos por Gérard Mendel em: «Théorie de la plus-value de pouvoir et pratique de sa désoccultation», *Sociopsychanalyse* 2, 1972, pp. 11-127. Deve assinalar-se, por outro lado, que G. Mendel sempre se esforçou por recolocar a Instituição e os fenómenos de poder que a estruturam no seio do contexto da sociedade global. Foi aqui que ele reencontrou o marxismo e «se entendeu com ele». A sua obra mais ousada a este nível é incontestavelmente «Pour une autre société», Paris, Payot, 1975.

(3) Para mais detalhes poderá ler-se: M. Le-grand, «Remarques à propos de l'oeuvre de Gérard Mendel» (documento ainda inédito, de que dispomos). Neste documento, propõe-se uma análise crítica aprofundada da obra global de Gérard Mendel.

b) O psiquismo individual: Contribuições e limites da psicanálise

A sociopsicanálise retoma simultaneamente certas contribuições psicanalíticas, localiza-lhe os limites e tenta ultrapassá-los.

Contribuições da psicanálise

À primeira vista, a psicanálise oferece-nos um quadro geral de referências que nos auxilia no estudo do psiquismo individual. A sociopsicanálise adere a uma visão dinâmica do psiquismo humano articulado em função dos grandes conceitos teóricos da psicanálise, nomeadamente conceitos básicos (o inconsciente, o Eu...), energéticos (a pulsão...) ou dinâmicos (os diversos mecanismos de elaboração do inconsciente, o recalçamento, a projecção...).

Além disso, a psicanálise proporciona-nos conhecimentos fundamentais acerca da gênese duma personalidade individual que se estrutura precocemente em duas etapas fundamentais. Numa primeira fase, o bebé, imaturo, sem capacidade de intervenção activa sobre o meio, funciona segundo um esquema arcaico de expansão do Eu, chamado sistema «Moi-tout» e dominado apenas pelo fantasmático. Numa segunda fase, enquanto se desenvolve todo um processo de maturação neuro-motora, instala-se um sistema de funcionamento articulado em função da acção: o «Moi-acte» forma-se, emerge do mundo do fantasmático, toma consciência de si próprio como fonte de poder e da realidade como meio de resistência e de transformação.

Limites da psicanálise

Por muito insubstituível que seja, é, no entanto, necessário que a psicanálise se confine aos seus limites. Limites que ela tende infelizmente a transgredir, exercendo uma

função ideológica (*). Estes limites são transgredidos porque ela pretende explicar os fenómenos sociais e históricos, esquecendo que o seu campo de trabalho é exclusivamente o que diz respeito ao psiquismo individual. No entanto, ela transgredir também, embora duma forma menos evidente mas igualmente decisiva, quando tenta explicar a personalidade humana individual como um todo. Ora a psicanálise apenas explicou a personalidade infantil. Não existiria também uma especificidade da idade adulta ao nível psíquico?

Ultrapassagem da psicanálise

As estruturas do «Moi-tout» arcaico, as estruturas do «Moi-acte», que a psicanálise evidenciou, e que se situam no decorrer da infância, não cobrem as estruturas do funcionamento psíquico humano. É necessária a abertura ao estudo das estruturas do «Moi du politique», o que na personalidade surge de original e de específico no contacto com a realidade social e institucional, e suas contradições.

Um novo campo, ainda mal conhecido, para a aproximação da qual Mendel nos propõe primeiros conceitos provisórios, necessariamente frágeis: levado por uma pulsão de exigência do poder de classe, organizado segundo um sistema de igualdade no conflito, espaço de um prazer específico, o «Moi du politique» desenvolve-se em relação com a percepção-consciência da realidade institucional, do papel do Acto profissional individual, da existência de uma

(*) Em «Psychanalyse et Sociopsychanalyse» (*Sociopsychanalyse* 3, 1973, pp. 13-62), um texto não muito conhecido mas mesmo assim tão profundo quanto *Le Psychanalisme* de Robert Castel (Paris, Maspero, 1973), e *Le Anti-Oedipe* de Deleuze e Guattari (Paris, Ed. de Minuit, 1972), Mendel conseguiu admiravelmente pôr a nu esta função ideológica da psicanálise.

classe de trabalhadores semelhantes a si, da pertença a esta classe quanto à problemática do poder institucional (*Sociopsychanalyse 2*, p. 14).

c) *A articulação sociopsicanalítica*

É necessário evitar qualquer reducionismo simplificador. O facto social tem a sua autonomia, é irreduzível a qualquer lógica psicológica, em particular no que o marxismo nos revelou. Mas, do mesmo modo, o facto psicológico tem a sua especificidade. Existiria com que um núcleo antropogenético específico que obedeceria à lei do inevitável⁽⁶⁾: queremos dizer que os seres humanos, em qualquer época histórica ou em qualquer sociedade a que pertençam, conhecem sempre, inevitavelmente, um desenvolvimento imediato. Assim, nenhuma transformação social poderá fazer com que um ser humano viva precocemente segundo o sistema do «Moi-tout» arcaico.

Todavia, as estruturas psíquicas são também, numa forma muito importante, moduladas socio-historicamente. Aí se abre um caminho para a articulação sociopsicanalítica. Como já Reich dizia, toda a sociedade, num dado momento histórico, molda os psiquismos individuais de forma a permitir a sua própria reprodução. É assim que Mendel evidência, ao longo da sua obra, um esquema psíquico que desempenhou um considerável papel histórico: o esquema paternal autoritário. Um esquema que encontraria os seus fundamentos psico-afectivos «inevitáveis» no medo experimentado pela criança de perder o amor dos adultos que cuidam dela, sendo ele próprio o responsável pela culpabilidade⁽⁷⁾. Mas, também um esquema

que será, além do seu inevitável componente infantil, manipulado, eternizado, cristalizado, em personalidades individuais, de forma a encobrir e legitimar relações desiguais de poder: o indivíduo condicionado desde a mais tenra idade à autoridade está preparado para entrar na idade adulta em relações de domínio que estruturam a vida social⁽⁸⁾. Um esquema que terá entrado, no período histórico recente, numa fase de crise e de desestruturação⁽⁹⁾: é nesta lacuna dos esquemas autoritários paternos que se torna conveniente, na actualidade, uma reconquista do poder social pelos grupos que se encontram dele desapaosados.

Mas efectuemos uma última volta pela Instituição. Esta constitui, de facto, um microambiente no interior do qual os mecanismos de articulação sociopsicanalítica funcionam dum modo mais perceptível. Dum lado, como é do nosso conhecimento, a Instituição está estruturada por relações de poder objectivas, irreduzíveis a toda a lógica psicológica. Mas, por outro lado, os indivíduos que a constituem foram condicionados à autoridade, formados segundo esquemas autoritários infantis, ditos psicofamiliares. Os esquemas que as classes institucionais dominantes vão mobilizar para zelar e perpetuar o seu poder. Um pouco como se transmitissem a mensagem: não, não somos trabalhadores adultos comprometidos em actos-poder e relações de domínio; somos apenas uma grande família onde o nosso patrão é o pai. A pregnância, para o inconsciente base, destes esquemas autoritários observa-se por exemplo na culpabilidade que se apodera invariavelmente dos membros de uma classe institucional quando efec-

⁽⁶⁾ Em *La crise de générations* (Petite Bibliothèque Payot, 1969) Mendel elabora o conceito de núcleo antropogenético específico.

⁽⁷⁾ A análise do fenómeno da Autoridade e suas raízes psico-afectivas é desenvolvida na obra de G. Mendel, *Pour décoloniser l'enfant*, Paris, Petite Bibliothèque, 1971.

⁽⁸⁾ O encobrimento e a legitimação das estruturas de poder pelos esquemas autoritários são analisados em G. Mendel e C. Vogt, *Le Manifeste éducatif*, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1973.

⁽⁹⁾ O tema é particularmente desenvolvido em *La crise de générations*.

tuam um movimento colectivo de reconquista do seu poder alienado, sendo esta tentativa vivida psiquicamente como uma agressão contra o pai. É este processo de exacerbação dos esquemas autoritários, onde o acesso à política (à consciência do poder institucional) teria sido possível, que a sociopsicanálise designa quando refere uma regressão do político ao psicofamiliar⁽¹⁰⁾.

2. Os Grupos Sociopsicanalíticos

A prática sociopsicanalítica — mais propriamente, a intervenção sociopsicanalítica — é uma prática colectiva: o grupo sociopsicanalítico é o seu suporte fundamental. É por isto que se torna importante referir os grupos sociopsicanalíticos, a sua organização e modo de funcionamento.

a) Os intergrupos sociopsicanalíticos

Denominados «intergrupos sociopsicanalíticos» a estrutura que conjuga os diversos grupos sociopsicanalíticos. A sua característica principal — aliás assaz singular — é não ser hierárquica. Cada grupo participante dos intergrupos sociopsicanalíticos é inteiramente autónomo e soberano de si mesmo: determina como entende melhor os seus objectivos, critérios de recrutamento, modo de funcionamento ...e não tem que dar quaisquer satisfações a uma direcção que teria como função avaliar as candidaturas ou verificar a ortodoxia duma prática. Retomamos uma fórmula que esteve em voga em certos círculos psicanalíticos, mas que aqui tem uma adequada aplicação: «o grupo sociopsicanalítico autoriza-se a si próprio».

Dois elementos fundamentais definem os modos de troca entre os grupos sociopsica-

nalíticos: o Boletim e o Colóquio. Poderá tratar-se, realmente, de dois condicionamentos (não hierárquicos) aos quais um grupo se deverá submeter se ele quiser reivindicar-se da sociopsicanálise, mas, insistamos, dois condicionamentos que não são impostos por uma vontade autoritária duma direcção qualquer e que são, por conseguinte, susceptíveis, a todo o momento, de serem postos em questão por um grupo qualquer e eventualmente modificados.

Todos os meses e meio, aproximadamente, cada grupo é convidado a redigir um texto e a enviá-lo ao grupo que tem, nesse ano, a responsabilidade do Boletim. Este último recebe igualmente, na data fixada, as contribuições dos diversos grupos, reúne-as à medida que chegam e reenvia-as a cada um dos grupos.

Todos os anos, os grupos sociopsicanalíticos reúnem-se em Colóquio. Este desenvolve-se conforme regras precisas (as quais são sempre revistas duma vez para a seguinte) que se destinam a assegurar, por um lado, a supremacia do colectivo sobre o individual (são os grupos e não os indivíduos, que se exprimem, têm o uso da palavra), por outro lado, assegurar uma estrita igualdade entre os grupos (nenhum grupo tem um poder privilegiado sobre o Colóquio). Um meio-dia tipo apresenta-se nos moldes seguintes: um grupo fala durante cerca de três quartos de hora, perante os outros grupos reunidos; seguidamente, os diversos grupos reúnem-se separadamente em intergrupo, durante meia a uma hora; depois os intergrupos reconstituem-se, dispondo igualmente cada um de cerca de dez minutos para expor as respectivas posições, colectivamente partilhadas: um moderador eleito pelo Colóquio encarrega-se de conceder a palavra e fazer respeitar os tempos previamente estipulados; por fim, o grupo que tomou a responsabilidade da comunicação inicial beneficia de um tempo de resposta.

Vemos que os intergrupos sociopsicanalíticos se esforçam por funcionar segundo um

⁽¹⁰⁾ Cf. G. Mendel, «La régression du politique au psychofamilial», em *Sociopsychanalyse 1*, 1972, pp. 11-63.

esquema que poderemos apelar de «auto-gestão». A intenção é, de facto, a de encarar interiormente o motivo da luta, o objectivo existente ao nível duma transformação sociopolítica geral. Mas será que as práticas efectivas correspondem aos princípios enunciados? Numa primeira instância, eu responderia: sim, para o que é essencial. Na verdade, seria mistificador se afirmássemos que os fenómenos «autoritários» estão completamente ausentes nas interacções dos grupos sociopsicanalíticos. Assim, os movimentos desta espécie são sempre observáveis por ocasião dos Colóquios, vindo cristalizar-se em volta do grupo Desgenettes. Todavia, as regras formais de funcionamento, escrupulosamente respeitadas, permitem sempre suavizar e limitar o desenvolvimento destes fenómenos de autoridade⁽¹¹⁾.

b) O Intragrupo Sociopsicanalítico

O essencial da actividade sociopsicanalítica desenvolve-se no interior do grupo sociopsicanalítico. Quem faz parte dum grupo sociopsicanalítico? Como funciona o grupo sociopsicanalítico? Que faz o grupo sociopsicanalítico?

Quem faz parte dum grupo sociopsicanalítico? Poderíamos responder «qualquer pessoa» — mas seria certamente um pouco ilusório. No entanto, se eu disser: «qualquer pessoa», é novamente para salientar uma oposição com a prática corrente das associações profissionais de psicólogos ou de psico-sociólogos. Nenhuma formação técnica

⁽¹¹⁾ O assunto mantém-se em aberto no que respeita a saber se o grupo Desgenettes exerce alguma autoridade sobre os intergrupos sociopsicanalíticos. Não que o grupo Desgenettes adote atitudes autoritárias de controlo dos outros grupos, mas estes últimos sentem ou vivem o grupo Desgenettes como um modelo do qual devem copiar as práticas. O que não pode deixar de provocar, por vezes, movimentos de agressividade face ao grupo Desgenettes.

ca preliminar é exigida. Concretamente não há currículo de formação sociopsicanalítica. Pensamos que qualquer indivíduo adulto possui uma competência de base já fornecida pela sua participação na vida social e institucional. Dito isto, seria ilusório pensar que qualquer pessoa pode fazer parte dos grupos sociopsicanalíticos. Em primeiro lugar, cada grupo define os seus próprios critérios de recrutamento e, na prática, sucede que certas candidaturas são recusadas. Depois — evoco aqui um horizonte sociológico muito geral —, é verdade que, até ao momento, os membros dos grupos sociopsicanalíticos são recrutados num meio social determinado e, mais ainda, em certas profissões: a maior parte dos membros dos grupos sociopsicanalíticos pertencem a profissões ligadas à saúde, à educação e ao trabalho social (psiquiatras, psicólogos, sociólogos, docentes, educadores, estudantes universitários, trabalhadores sociais...).

Como funciona o grupo sociopsicanalítico? Como é de supor, não existem sociopsicanalistas profissionais. Os membros dos grupos sociopsicanalíticos ganham a vida de outro modo: a sua actividade é graciosa e não lucrativa⁽¹²⁾. Portanto, eles reúnem-se ao fim do dia, à noite ou no fim-de-semana, aproximadamente de quinze em quinze dias. À semelhança dos intergrupos, o grupo sociopsicanalítico esforça-se por funcionar sem estrutura hierárquica⁽¹³⁾. Não há um líder institucional. Cada membro tem um poder igual sobre as orientações do grupo, sobre as decisões que o comprometem. Trata-se duma componente que é parte essencial da cultura do grupo, do seu universo de valores e que vale como regra,

⁽¹²⁾ A maioria dos grupos funcionam em A.S.B.L. O número de membros varia geralmente entre três e dez pessoas.

⁽¹³⁾ Para mais pormenores sobre o funcionamento concreto de um grupo sociopsicanalítico, cf. *Sociopsychanalyse* 8, 1980, pp. 162 e seguintes.

com o que supõe de coacção. Quero dizer, o comprometimento de cada indivíduo no trabalho colectivo corresponde a uma exigência análoga àquela em que qualquer desvio será mal aceite: a ausência regular de um membro, uma retirada do trabalho de grupo, repetidos silêncios, originarão um problema. Do mesmo modo, o grupo será particularmente sensível a qualquer tentativa de tomada de poder individual⁽¹⁴⁾. O que não significa que as personalidades individuais sejam maltratadas, humilhadas, sufocadas. Pelo contrário: se elas se devem submeter a certas regras, encontram também, no interior do espaço definido por estas regras não hierárquicas, condições para se libertarem e desabrocharem na sua própria individualidade.

Enfim, o que faz o grupo sociopsicanalítico? O grupo sociopsicanalítico toma como tarefa essencial a prática da intervenção sociopsicanalítica, que é, por assim dizer, o seu acto específico. Chego, assim, ao objecto principal deste artigo.

3. *A intervenção sociopsicanalítica*

Ao fim de um certo número de tentativas, de ensaios e de erros, de que os primeiros números de *Sociopsychanalyse* dão conta, o grupo Desgenettes pôs a funcionar uma metodologia de intervenção que apelidamos classicamente de intervenção-tipo, da mesma forma que em psicanálise falamos de cura-tipo. São os componentes principais desta intervenção-tipo que eu desejaria agora apresentar, antes de tomar, numa segunda

parte, uma atitude crítica. Devo frisar que, quando me refiro, adiante, a intervenção sociopsicanalítica, é preciso entendê-la no sentido de «intervenção-tipo».

a) *A intervenção-tipo*

A intervenção sociopsicanalítica tem o seu ponto de partida num pedido dirigido por uma classe institucional — isto é, recordêmo-lo, por um grupo homogêneo de trabalhadores de uma instituição — a um grupo sociopsicanalítico. Este pedido é analisado pelo grupo. São feitos contactos preliminares, desenvolvem-se trocas ou negociações. Eventualmente, um membro do grupo é encarregado de estabelecer um contacto directo com a classe. No decurso desta fase, é dada uma atenção particular ao organograma da instituição.

As negociações empreendidas podem, assim, desembocar num contrato de intervenção. Este contrato deve ser o mais preciso possível. Dele constam uma série de pontos, entre os quais: o número e a duração das sessões, as modalidades de remuneração do grupo pela classe, a possibilidade do grupo gravar as sessões, assim como a possibilidade do grupo utilizar o material recolhido para fins de publicação científica, preservando, porém, um estrito anonimato. No que respeita à remuneração, as regras são as seguintes: o grupo procura, em princípio, uma remuneração, uma vez que as pessoas que constituem a classe são elas próprias remuneradas pelo trabalho institucional que estará em questão na intervenção. Neste caso, a remuneração anda geralmente à volta de 800 a 1000 francos por hora (quantia paga pela classe e repartida entre as diversas pessoas que a constituem). De qualquer maneira, o grupo tem consciência, no decurso das negociações, das possibilidades financeiras da classe: o dinheiro não pode constituir um obstáculo à intervenção (recordemos, ainda, que a prática sociopsi-

⁽¹⁴⁾ Como vimos, nada é mais regulado e normalizado que o funcionamento sociopsicanalítico. O que corresponde a uma convicção implícita da sociopsicanálise: a alternativa às estruturas institucionais hierárquicas não se encontra no espontaneísmo libertário, sempre propício à instauração de novas formas de autoridade, mais sedutoras e manipuladoras que visivelmente coercivas.

canalítica não é lucrativa: as quantias entregues ao grupo servem-lhe simplesmente para cobrir os seus custos).

Por outro lado, a classe pode obter a soma através de um orçamento de formação que lhe seja concedido e do qual ela dispõe livremente. Outra situação: o trabalho em questão na intervenção não é um trabalho remunerado (por exemplo, o grupo que promove a intervenção é um grupo de militantes de um partido ou de um sindicato). Neste último caso, o grupo não pede nenhuma retribuição. Estando, deste modo, definidas as modalidades do contrato, a intervenção pode então desenvolver-se. Duma maneira geral, a intervenção desenvolve-se em 10 a 15 sessões, de cerca de 2 horas, distribuídas por vários meses. Em cada sessão, um membro do grupo — um apenas — desloca-se e reúne com a classe. Todavia, vários membros do grupo — cerca de quatro — suceder-se-ão, por seu turno, junto da classe no decorrer das sessões: falamos de intervenientes sucessivos para designar este fenómeno. Porquê este princípio? Porque se trata de estabelecer uma relação entre a classe e o grupo. A intervenção sociopsicanalítica compara dois colectivos, ela desenvolve-se entre a classe e o grupo, e a sucessão de intervenientes vem, por assim dizer, testemunhar a presença do grupo junto da classe (mesmo que a totalidade do grupo nunca seja confrontada com a classe). É também uma das razões pelas quais cada sessão é objecto de gravação integral: por meio desta gravação, o grupo poderá tomar conhecimento do material. Assim, entre duas sessões de intervenção, o grupo reúne-se, escuta a gravação da sessão que teve lugar, procede à análise colectiva da mesma e prepara a sessão que vai tomar lugar (de certa forma, o interveniente seguinte está munido de todas as informações que lhe permitirão encarregar-se da sessão seguinte). E, bem entendido, a classe sabe isto: o gravador que acompanha o interveniente vem, pois, representar o grupo junto da classe.

Podemos certamente interrogarmo-nos acerca do significado da relação que, desta forma, se estabelece entre a classe e o grupo. Na opinião de Mendel, existe como que um postulado à partida: «a análise de um grupo só podia ser feita no seio de outro grupo» (*Sociopsychanalyse 4*, p. 20). Mas torna-se ainda necessário que este postulado revele, na prática, todas as suas implicações. A este respeito, observamos por parte do grupo Desgenettes, à medida que a sua prática se vai enriquecendo, uma tematização progressiva dos processos que se desenvolvem entre a classe e o grupo⁽¹⁵⁾. Entre a classe e o grupo desenvolver-se-iam fenómenos chamados de projecção-contraprojecção. Por um lado, a classe fantasmaliza o grupo, nomeadamente como um colectivo que funcionaria na base do político⁽¹⁶⁾, o que não é senão uma forma de deslocar para o grupo, e portanto de mascarar, o seu próprio desejo de um funcionamento de tipo político (posição projectiva da classe sobre o grupo). Por outro lado e inversamente, no decurso da intervenção, a classe também suscita fantasmas, ressonâncias, movimentos no interior do grupo (posição contraprojectiva do grupo sobre a classe). Ora estas ressonâncias da intervenção no interior do grupo seriam uma das vias de acesso, privilegiadas, à compreensão do que se passa na classe: «O nosso principal instrumento de conhecimento acerca daquilo que se passa durante a intervenção é o estudo do que se passa, em paralelo, no nosso próprio grupo» (G. Mendel, intervenção no curso de Michel Bonami, Maio 1979, inédito). Notemos que entre os vários movimentos característicos que se podem produzir no interior de um grupo, no decurso de uma intervenção, exis-

⁽¹⁵⁾ O artigo de G. Mendel, «Qui est l'intervenant?» (*Sociopsychanalyse 4*, 1974, pp. 11-66) é, neste aspecto, decisivo.

⁽¹⁶⁾ Por funcionamento político podemos entender a responsabilização colectiva e igualitária por um grupo do seu acto-poder.

te um que foi objecto de particular atenção: pretendo falar dos fenómenos de clivagem intragrupo. De vez em quando acontece que o grupo se fracciona: o grupo divide-se em dois blocos em torno de posições diametralmente opostas. Em geral, este fenómeno seria revelador de processos que se desenvolvem na classe: a sua análise permitiria, pois, prosseguir na direcção de uma elucidação dos movimentos que afectam a classe⁽¹⁷⁾.

Tentemos examinar mais precisamente o que se passa durante a intervenção. Como já referi, os membros de uma classe institucional reúnem-se regularmente, em presença de um interveniente que representa o grupo sociopsicanalítico. O que fazem os membros da classe? O que faz o interveniente? E, afinal de contas, qual é o efeito esperado e/ou obtido pelo intermediário de um dispositivo deste tipo?

Os membros da classe falam. Mas de quê? De problemas que lhes são comuns, na sua qualidade de membros duma classe institucional, que trabalham numa instituição em interacção com outras classes institucionais. A sociopsicanálise crê firmemente na virtude intrínseca de tal dispositivo, quer ele se instale espontaneamente, à margem de toda e qualquer intervenção sociopsicanalítica, quer ele se estabeleça através do intérprete da intervenção: permitir aos membros de uma classe institucional que se reúnam a sós, na ausência de outras classes institucionais, inevitavelmente activa ou estimula o nível do que a sociopsicanálise apelida de política institucional⁽¹⁸⁾. Por outras palavras, nas condições estabelecidas pelo dispositivo sociopsicanalítico, os membros da classe confrontar-se-ão inevitavelmente com

questões concernentes ao seu acto-poder, tais como: que fazemos nesta instituição? De que poder ou controlo dispomos sobre o nosso acto? Quais as possibilidades que se nos oferecem para recuperar esta autoridade se ela nos é, mesmo parcialmente, retirada?

Podemos, então, afirmar que o fulcro fundamental da intervenção se encontra no próprio dispositivo, de que o grupo, representado pelo interveniente, será simplesmente o garante. De qualquer modo, o interveniente teria de lá estar sob a forma duma presença-ausência: presente como catalizador de um dispositivo, mas simultaneamente ausente, permitindo que o dispositivo funcione por ele próprio, fonte única de eficácia. Entretanto, o interveniente terá de tomar a palavra. Essencialmente para interpretar. Para interpretar o quê? Nunca fenómenos individuais que digam respeito à psicologia particular de um ou outro membro da classe, mas sempre movimentos colectivos que dizem respeito à classe na sua globalidade. E isto a partir dos obstáculos com que a classe se defronta. Porque se o dispositivo tem uma acção de activação política, seria falso pensar que ele vai, miraculosa e subitamente, permitir que a classe aceda à consciência nítida do político institucional. Mesmo assim, manifestar-se-ão inevitavelmente obstáculos, impedimentos, bloqueios. É, talvez a propósito destes obstáculos ou bloqueios — de que o grupo, recordemo-lo, vive a ressonância no seu interior —, que o grupo pode, mais adequadamente, informar a classe, à luz da experiência acumulada. Entre os bloqueios aos quais o grupo será particularmente sensível, até pelo seu próprio quadro de referência teórica, figuram sem contexto os que podem resultar da interferência de esquemas psicofamiliares autoritários — nos quais a psicanálise constitui um instrumento fundamental de compreensão. É então que o interveniente assinalará, sob a forma de interpretação, a emergência da culpabilidade que surge logo que a classe

⁽¹⁷⁾ Cf. sobre este ponto, G. Mendel, «Note préliminaire sur les clivages complémentaires», *Sociopsychanalyse* 6, 1976, pp. 185-196.

⁽¹⁸⁾ Daqui, também, a crítica feita pela sociopsicanálise aos métodos de intervenção institucional que misturam as classes institucionais.

inicia um movimento para recuperar o poder sobre o seu acto.

Última questão, por fim: qual o objectivo da intervenção? Ou ainda: qual o efeito que dela podemos esperar? Mesmo que não possamos excluir os efeitos individuais de maturação da personalidade (ou do «Moi du politique»), o objectivo em vista é, basicamente, o de uma tomada de consciência pela classe do seu poder de classe no local onde ele se exerce: na Instituição. Nesta medida, podemos igualmente esperar que a classe, uma vez ultrapassados certos condicionamentos autoritários, e mais consciente da solidariedade que liga os seus membros, se organize numa forma mais colectiva e empreenda um esforço com vista à reconquista do seu poder. A autogestão, isto é, um funcionamento institucional fundado numa divisão igualitária do poder entre os colectivos produtores, é bem o horizonte político do fundo do qual se destaca a intervenção sociopsicanalítica. Mesmo no seu empreendimento científico, teórico e prático, a sociopsicanálise não é neutra, mas solidária com uma opção sociopolítica.

b) *Problemas e limites da intervenção-tipo*

Falta-me espaço para desenvolver uma discussão crítica aprofundada. Antes de terminar, importa, todavia, emitir algumas observações que se referem menos à teoria sociopsicanalítica — cuja riqueza e originalidade não ponho em dúvida, mesmo que ela exija alguns aprofundamentos e enriquecimentos⁽¹⁹⁾ — do que à prática e intervenção sociopsicanalíticas.

(19) Num artigo recente, ainda inédito («Les pratiques de groupe en P.M.S.: des pratiques progressistes?»), eu mesmo tentei clarificar a teoria sociopsicanalítica, evidenciando a existência de um esquema que apelidei de sedução manipuladora, distinto do esquema autoritário, e também ele susceptível de ocultar e legitimar relações desigualitárias de poder.

Como acabámos de ver, a prática sociopsicanalítica está estruturada em torno de uma intervenção-tipo, que constitui actualmente uma espécie de guia normativo da acção sociopsicanalítica, e isto apenas no seguimento dos trabalhos do grupo Desgenettes. A questão que hoje se põe aos grupos sociopsicanalíticos é a da exemplaridade desta intervenção-tipo. Ela será a mais adequada, ou mesmo a única adequada, ao projecto sociopsicanalítico? É evidente que é difícil responder *a priori* à questão: a resposta só poderá ser fornecida pela prática dos grupos sociopsicanalíticos, que tentarão inventar novas formas de acção, diferentes do que tem sido, até hoje, a prática sociopsicanalítica. Todavia, parece-me possível desde já levantar alguns problemas, alimentados pelas interrogações, mas também pelos esboços de práticas, que emergem aqui ou ali no seio dos grupos sociopsicanalíticos.

Uma primeira observação é que o método-tipo impõe condições relativamente restritivas que limitam com frequência as possibilidades de intervenção. Compreende-se assim, na medida em que o acto de intervenção é crucial para a própria existência do grupo sociopsicanalítico (a tradição sociopsicanalítica requer que um grupo não exista e não se constitua senão no acto de intervenção), que certos grupos aceitem realizar intervenções que se afastam das prescrições do método-tipo. Entretanto, o próprio grupo Desgenettes instaurou certas modalidades de intervenção-tipo. Assim, ele pratica por vezes uma intervenção chamada «fins-de-semana sucessivos», quando imperativos geográficos impedem uma deslocação regular junto da classe: neste caso, as sessões são condensadas no decurso de 2 ou 3 fins-de-semana escalonados ao longo de vários meses. Mas não se trata ainda, é preciso dizer-se, senão de uma variante tímida do método-tipo. Aprofundando mais: uma das condições mais restritivas do método-tipo impõe que se trabalhe apenas com uma única classe institucional, ela própria homogénea — pura,

ousaríamos dizer. Até que ponto é que esta condição é absolutamente imperativa? Recentemente, o grupo Desgenettes tentou intervir em diversas classes da mesma instituição, sem, contudo, ousar reuni-las: diversos membros do grupo trabalhavam separadamente com as várias classes. Na mesma linha de ideias, mas avançando mais um passo, o grupo de Namur instaurou uma situação que conduzia as classes duma instituição a confrontarem-se entre si. Por seu lado, numa perspectiva um pouco diferente — que abrange principalmente o critério de homogeneidade da classe — o grupo de Pau conduziu uma intervenção com uma equipa multidisciplinar. Outras tantas expressões ainda incoativas de um movimento de pesquisa inovadora.

Mas gostaria de radicalizar um tanto as minhas considerações para marcar melhor e mais francamente os limites do método-tipo. Defendo a tese segundo a qual o método de intervenção sociopsicanalítica foi copiado dos princípios da cura psicanalítica. A herança psicanalítica da sociopsicanálise, particularmente ligada ao posicionamento psicanalítico de Gérard Mendel, seria assim bem mais profunda (e bem mais pesada) do que poderia parecer. É um facto, sob vários aspectos, que a intervenção sociopsicanalítica é muito diferente de uma cura psicanalítica: «As diferenças do método psicanalítico são nítidas: relação de colectivo a colectivo (do colectivo solicitador com o grupo sociopsicanalítico e com os outros colectivos da Instituição); colectivo solicitador socialmente inserido; material solicitado respeitante ao trabalho e à Instituição; presença da lógica institucional e social, etc...»⁽²⁰⁾. Mas quererá isto dizer, como gosta de o repetir G. Mendel, que a intervenção sociopsicanalítica não tem nenhum ponto comum com a cura psicanalítica? De forma alguma.

⁽²⁰⁾ G. Mendel, «La crise de la psychanalyse», em *Pouvouirs 11*, 1979, p. 101.

É bastante evidente, no meu entender, que as regras do método analítico foram transpostas da relação analista-analisando para a relação grupo sociopsicanalítico-classe institucional⁽²¹⁾. Sublinhemos um ou outro aspecto desta transposição. Como já disse, a classe é convidada a falar: transposição da regra analítica fundamental da associação livre de um material fantasmático individual para um material colectivo institucional. A palavra é, assim, privilegiada em detrimento do agir. Quanto ao grupo e ao interveniente sociopsicanalítico, este assume uma posição de neutralidade: exterior à Instituição, não implicado nela, ele não toma partido; tal como o psicanalista não propõe uma norma de funcionamento psíquico, ele não propõe um modelo de funcionamento institucional. Assim, ele poderá tornar-se suporte dos fantasmas da classe: recordemos como, pouco a pouco, processos de projecção e contra-projecção, análogos aos processos de transfert e contra-transfert da cura analítica, foram reconhecidos como elementos dinâmicos fundamentais da intervenção sociopsicanalítica.

Ora, tomar consciência desta homologia, demasiado ocultada, entre o funcionamento da cura psicanalítica e o funcionamento da intervenção sociopsicanalítica, é tomar consciência de certos limites, talvez ultrapassáveis, da actual prática sociopsicanalítica. Tendo efectuado recentemente, num outro contexto, um inquérito a propósito das práticas de grupos que se desenvolvem aqui ou nos centros P. M. S., fui pessoalmente confrontado com o facto de uma dessas práticas se inscrever de forma clara nas perspectivas da sociopsicanálise: tratava-se de um trabalho com um grupo de alunos de uma escola técnica e profissional (portanto,

⁽²¹⁾ Esta transposição é particularmente evidente se considerarmos as primeiras formulações das regras de intervenção-tipo em *Sociopsychanalyse 2*, pp. 21-22.

com um grupo institucional homogéneo), com vista a um reforço da sua consciência de classe e do seu poder na escola⁽²²⁾. Na minha opinião, trata-se de uma prática congénia à sociopsicanálise (mesmo se ela não está nominalmente definida como prática sociopsicanalítica), tanto quanto o método-tipo, apesar de se distinguir em dois aspectos:

1. Esta prática não se esgotava na discussão verbal, mas estava orientada para a acção concreta (por exemplo, como concretizar uma reivindicação sobre a higiene das instalações sanitárias)⁽²³⁾;

2. O psicólogo que desenvolvia esta prática não adoptava uma posição de neutralidade, mas tomava partido, comprometendo-se ao lado dos alunos.

Estas últimas referências incitam-me a alargar ainda mais o debate. A sociopsicanálise, seguindo aqui novamente a psicanálise, teve tendência para se constituir nas formas de um saber técnico-científico. Quer queiramos, quer não — e apesar das suas particularidades notáveis, que eu sublinhei — o grupo sociopsicanalítico é também um grupo de peritos, depositários dum saber e duma tecnologia visando a apropriação e

⁽²²⁾ Cf. o texto, já citado, «Les pratiques de groupe en P.M.S.; des pratiques progressistes?».

⁽²³⁾ Assim, esta prática aderiu à cultura das classes populares, o que a sociopsicanálise, privilegiando apenas o registo da palavra, ainda não conseguiu. Ouçamos o instigador desta prática: «Trata-se de alunos que são capazes de falar, mas que não teorizam de forma alguma. Ou seja para eles, as únicas pessoas dignas de crédito são as que fazem algo e não as que falam, as pessoas e também as instituições. Portanto, um conselho de alunos onde só se fala, não é digno de crédito. Isto é importante e eles são eficazes, e comparecem exactamente para que se faça coisas. Aproveitei-me deste facto rapidamente e pensei que seria necessário que cada reunião conduzisse a algo de concreto».

a acumulação dos conhecimentos⁽²⁴⁾. E um dos aspectos mais chocantes da intervenção sociopsicanalítica é precisamente este: pelas várias disposições que a regulam (em particular, a gravação integral das sessões, dando lugar a uma nova audição e a uma análise no seio do grupo sociopsicanalítico), ela está ligada a um objectivo de apropriação dos conhecimentos pelo grupo sociopsicanalítico⁽²⁵⁾, mais do que a um objectivo pragmático de transformação institucional⁽²⁶⁾. Mas não desembocamos, desta forma, numa alternativa? Deve a prática sociopsicanalítica, a todo o custo, pretender moldar-se segundo uma tecnologia exemplar e cientificamente legítima, tanto no que respeita ao método-tipo como a qualquer outro método? Não deveria ela ser libertada de qualquer coleira técnica demasiadamente precisa, para adaptar a sua acção, de uma forma harmoniosa e com vista a objectivos concretos de mudança social e institucional, a uma multiplicidade de contextos e de situações?⁽²⁷⁾

⁽²⁴⁾ À semelhança da situação analítica, a intervenção sociopsicanalítica instaura um dispositivo de antecipação não recíproco do saber (Cf. R. Castel, *Le psychanalisme*, pp. 116-127).

⁽²⁵⁾ Observaremos que a análise da intervenção é sempre feita apenas pelo grupo, enquanto que o acto de intervenção é o produto de dois colectivos, a classe e o grupo. Como justificar sociopsicanaliticamente que o grupo antecipe unilateralmente um material para se apropriar da análise? Por que é que a análise não poderá também ser feita a favor de um processo de negociação estabelecido — pela classe? As práticas desenvolvidas neste plano pelo movimento «tourainien» poderiam, aqui, servir de referência.

⁽²⁶⁾ A uma questão posta no âmbito de uma intervenção no curso de Michel Bonami («Mas qual é então o seu objectivo nesta intervenção?»), Mendel respondeu substancial e significativamente: «Não temos nenhum, excepto o de estudar um caso de aparência exterior».

⁽²⁷⁾ Estas últimas observações devem muito às discussões actualmente em curso no interior do grupo de Namur, bem como às conversações com Michel Bonami.